

Reflexões sobre a questão religiosa e sua influência nas práticas de lazer e turismo

Paula Wabner BINFARE¹
Kerlei Eniele SONAGLIO²

Resumo: De abordagem qualitativa e teor ensaístico, este trabalho integra uma pesquisa que está em andamento no Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e que pretende, dentre outros objetivos, apresentar reflexões e lançar um novo olhar sobre a relação lazer/turismo enfatizando outro viés na compreensão destas temáticas que estão para além das questões econômicas e da visão capitalista inerente à relação homem-trabalho. Neste esforço de compreender outros elementos que condicionam/influenciam/direcionam o lazer na sociedade contemporânea e sua intrínseca relação com o turismo, tem-se que o propósito deste texto é o de demonstrar/refletir sobre as questões religiosas como elemento norteador das práticas de lazer com vistas a fomentar debates reflexivos sobre tais relações e o turismo. Como principal resultado, o fator religião, aparece como influência preponderante na estruturação do lazer contemporâneo e, por conseguinte, reverbera nas práticas do turismo.

Palavras-chave: Lazer; Turismo; Tempo Livre; Religião.

1 Introdução

Ao longo da história ocidental, os usos do tempo, assumem diferentes nuances, de acordo com a época e a cultura de cada sociedade. As discussões contemporâneas no âmbito do lazer tem seu marco histórico inicial na Pós Revolução Industrial. São a partir da garantia de melhores condições de trabalho, menores jornadas e férias pagas que se começa a questionar as possibilidades de uso do tempo de “não trabalho” (desobrigado ou liberado).

A partir do momento em que se criam condições da fruição do tempo livre, este tempo passa a ser comumente entendido como um tempo disponível para o “lazer”. Assim, o uso do termo “lazer” vai sendo atribuído às mais diversas atividades num contexto ativo (de ação) e vai adquirindo várias conotações, como por exemplo: lazer é uma festa, lazer é dormir ou lazer é descansar. Há também a apropriação parcial do conceito por diversas áreas de conhecimento que relacionam o tempo de “lazer” com atividades específicas, tais como lazer/esporte, lazer/recreação, lazer/saúde e lazer/turismo. Por estas relações figurarem como habituais na sociedade pós-industrial, as distinções e significações do tempo livre, do ócio e do lazer assumiram vínculos que interferem nas suas dinâmicas e entendimentos conceituais. Por isso, compreender estes conceitos e suas relações permite ampliar o entendimento de como as dinâmicas se desenrolam na sociedade contemporânea.

1 Doutoranda em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Turismo pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. <http://lattes.cnpq.br/3784594579442577>. Email: paulabinfare@gmail.com

² Doutora em Engenharia Ambiental (PPGEA/UFSC). Professora Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). <http://lattes.cnpq.br/1823313556538300>. Email: kerlei@ufrnet.br

Para a compreensão do lazer na sociedade contemporânea e a sua estreita relação com o turismo é importante revelar que ao longo da trajetória da sociedade houve diversas noções que propiciaram, primeiramente, as relações existentes entre o trabalho, o tempo livre, o ócio e o lazer e, posteriormente, a relação destas com o turismo. Por exemplo, as relações entre o trabalho, o tempo livre, o ócio e o lazer assumiam características diferentes na Idade Antiga e na Idade Média e revelavam dinâmicas peculiares para cada período, pois eram expressões das suas sociedades que viviam tempos de escravidão, de feudalismo, de migrações e estavam vinculados, majoritariamente, a regimes monárquicos e autoritários. Na sociedade moderna e contemporânea, o cenário de industrialização foi amplificando a possibilidade de fruição do “tempo livre” com atividades lúdicas e espontâneas, especialmente em sociedades democráticas.

Para Trigo (1998), o desenvolvimento do turismo ocorre a partir dos reflexos provenientes da sociedade pós-industrial, que possibilitou, além de mudanças no cenário econômico da população, mais suporte tecnológico, facilitando assim o ato de viajar. Autores como Barreto (1995) e Urry (1996) apontam que o turismo foi alavancado na sociedade pós-industrial tendo sido viabilizado em função da existência do tempo livre e de uma melhor qualidade de vida. Assim, para estes autores, o turismo vem a lume num contexto capitalista, vinculado à fruição do “tempo livre” e do “ócio”, intencionado em promover viagens objetivando conhecer/rever ambientes distintos de sua residência cotidiana e realizar “atividades de lazer” como recreação, entretenimento e descanso.

Considerando a concepção de turismo que emergiu na sociedade capitalista como uma atividade econômica e a ideia de lazer como ocupação, é razoável compreender que a relação lazer/turismo também assuma características e se dinamize sob a interferência do capital. No entanto, estudiosos da temática como Burns (2001), Gastal (2004) e Krippendorf (2001) já sinalizaram que o entendimento do turismo inclui variáveis que estão para além das questões circunscritas em sistemas econômicos e que perpassam aspectos antropológicos, sociais e culturais. Da mesma forma, Huizinga (1974), Dumazedier (1979), Lafargue (1999) e Camargo (2001) destacam que as bases do lazer extrapolam o debate comum circunscrito na tríade “tempo livre-lazer-trabalho” pautada nas questões econômicas e oferecem outros elementos como norteadores/influenciadores de tais atividades, como por exemplo, as questões culturais e religiosas. Assim, entender as dinâmicas do lazer/turismo à luz das influências culturais/religiosas exige que o pesquisador compreenda que o “ser” e o “crer” (e conseqüentemente as práticas sociais) estão ligados desde as sociedades primitivas e, assim, diversas práticas sociais relativas ao lazer são provenientes da fruição do tempo de “não trabalho” que era dedicado a cultuar as divindades. A passagem (mesmo que gradual) do politeísmo para o monoteísmo e a mudança radical que isto ocasionou na concepção do lazer coloca a religião como um dos fios condutores das práticas de lazer atuais.

Assim, este trabalho integra uma pesquisa que está em andamento no Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e que pretende, dentre outros objetivos, apresentar reflexões e lançar um novo olhar sobre a relação

lazer/turismo enfatizando outro viés na compreensão destas temáticas que estão para além das questões econômicas e da visão capitalista inerente à relação homem-trabalho. Neste esforço de compreender outros elementos que condicionam/influenciam/direcionam o lazer na sociedade contemporânea e sua intrínseca relação com o turismo, tem-se que o propósito deste texto é o de demonstrar/refletir sobre as questões religiosas como elemento norteador das práticas de lazer da sociedade contemporânea. Posto isso, o debate reflexivo sobre tais relações e o turismo será aprofundado posteriormente.

A pesquisa é exploratória, de abordagem qualitativa e embebida no teor ensaístico de natureza crítico-reflexiva. O texto não tem a pretensão de lançar questões conclusivas sobre as temáticas em tela, mas sim, de figurar como um documento de apoio nos debates compreensivos do lazer/religião que auxiliarão na formulação de hipóteses para o trabalho de doutoramento de uma das autoras deste ensaio (que se trata de um estudo fenomenológico sobre o lazer e o turismo). Então, para este ensaio, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e eletrônica, sendo que os autores e suas respectivas obras foram escolhidos de forma intencional partir do viés da fenomenologia da religião e do lazer.

2 Tempo livre, ócio e lazer, distinções conceituais

As mudanças na percepção do homem em relação ao seu próprio tempo, ocorre como uma consequência pós revolução industrial. Até então, o trabalho era a atividade plenamente dominante. Bacal (1986, p. 17) afirma que durante a sociedade industrial “o valor passa a ser o trabalho e o corpo passa a ser visto como meio de produção. O corpo produtivo, útil, alienado pelo caráter do trabalho que lhe é imposto”. O trabalhador vende a única coisa que dispõe, qual seja: a própria força de trabalho. Neste cenário, o tempo liberado de ocupação com o trabalho surge para a recuperação das energias com vistas ao retorno das atividades laborais. Dessa forma, o “tempo livre” é definido como um “tempo” em oposição ao “tempo de trabalho”.

Já na sociedade pós-industrial, com a implementação das leis trabalhistas que proporcionaram alguns direitos aos trabalhadores, como por exemplo, a redução das jornadas, férias pagas e usufruto de finais de semana, novos valores começam a se estabelecer entre “trabalho” e “tempo liberto do trabalho”. Aquino e Martins (2007, p. 481) dizem que “o fator temporal passa por metamorfoses significativas, iniciadas no momento em que o homem resolve medir o tempo cotidiano e quantificar o tempo social na sociedade pós-industrial”. Percebe-se, assim, outros conteúdos no tempo liberado – além do descanso o trabalhador disporá de mais tempo para recuperar-se fisicamente e de um tempo que usará com liberdade para o exercício de atividades de sua escolha. Estes mesmos autores dizem que esta mudança na percepção do tempo gerou uma ambiguidade entre as necessidades econômicas e existenciais, a partir do momento em que o homem contemporâneo se vê dividido entre as obrigações impostas por suas atividades laborais e o desejo de libertar-se dessas tarefas e, assim, poder usufruir um tempo para si. Numa perspectiva contemporânea, observa-se uma tendência na diminuição do tempo de trabalho

que é viabilizada, especialmente, pelo avanço tecnológico. Por outro lado, há uma crescente valorização do tempo livre e conseqüentemente do tempo para o lazer.

Essas questões acabaram por provocar a tentativa de equivalência (e até mesmo uma sobreposição) entre os conceitos de tempo livre, ócio e lazer, já que estes estão associados à ideia do não trabalho. Assim, a palavra “lazer” é utilizada nas mais variadas formas e circunstâncias, tendo seu uso banalizado ao longo da história. Comumente o lazer abarca conotações que representam tanto “sentimentos” (a exemplo do sentimento de aversão ao trabalho ou sentir-se em paz), como “atividades” onde o sujeito mantém-se ocupado em seu tempo livre (a exemplo de práticas recreativas, de turismo, realizando a leitura de um livro, participando de um jogo de futebol).

A terminologia “tempo livre” surge em função de sua relação com o trabalho e representa o tempo liberto do trabalho. No decorrer da história, o tempo livre tornou-se um tempo social³ na medida em que remete às práticas sociais, já que proporciona novas relações sociais. Já o conceito tempo livre corresponde ao sentimento/necessidade de “batizar” a parte do dia em que o indivíduo não está ocupado com atividades objetivamente definidas. “O significado de Tempo Livre (Tempo – duração limitada e; Livre – desimpedido) parece de fato traduzir o espaço desimpedido do dia, que pode ser utilizado subjetivamente” (Bacal, 1986, p. 43). Munné (1980) associa o tempo livre com a percepção do sujeito de utilizar esse tempo com total liberdade e de acordo com seus valores.

Se é a partir da modernidade que a ideia de tempo livre passa a ser mais difundida, a referência anterior, mais genérica, era de ócio. Historicamente e pelo critério de atividade, é o ócio que se opunha ao trabalho. Aquino e Martins (2007) afirmam que na Antiga Grécia, trabalho e ócio figuravam como conceitos antagônicos e com valores muito distintos dos que se conhecem hoje. Se hoje a temporalidade é o recurso da cisão entre trabalho e ‘não-trabalho’, ali, segundo Aristóteles, o ócio era um “estado”, ou seja, era uma condição de liberdade relativa à necessidade de trabalhar.

Para Mascarenhas (2007), o termo “ócio” é oriundo dos gregos, ou seja, a ideia associada à ausência de obrigações e identificado a um modo de vida inteiramente dedicado ao desenvolvimento físico e intelectual. É uma forma de ser, impregnada pela ideia de uma liberdade intrínseca que se desdobra no cultivo à sabedoria, à felicidade, à beleza, dentre outras virtudes e de se estar liberto da necessidade de trabalhar. O ócio não era, naquele momento, concebido como um tempo livre de trabalho, mas “todo um tempo social de não-trabalho, privilégio daqueles poucos cidadãos que desfrutavam das prerrogativas e direitos inerentes à organização e funções necessárias ao melhor para a *polis*” (Mascarenhas, 2007, p. 38).

Bacal (1988) diz que os para os gregos, o ideal de sabedoria que se cultivava tinha no ócio sua condição essencial. Para a autora, do ponto de vista semântico, considerando a orientação grega de ócio (*skolé*), em latim *schola*, o termo remetia a atos de parar ou cessar.

³ Apesar de existirem outras categorias de tempos sociais, para este trabalho destaca-se apenas o tempo livre, por ser nele especificamente, que ocorrem as “práticas” de lazer.

A ideia era de repouso e paz e assim sendo, o ócio consistia em um fim em si mesmo, era algo a ser alcançado para ser desfrutado. Para o homem grego, o ócio não significava estar ocioso no sentido de não fazer nada, mas implicava operações de natureza intelectual e espiritual que se traduziam da contemplação da verdade, do bem e da beleza, de forma não utilitária.

Já na sociedade Romana, o ócio estava imbricado no refazimento físico, no tempo de descanso do corpo e do espírito. Indivíduos muito ocupados buscam o ócio (*otium*), não como fim em si, mas em função do *negotium* (Dumazedier, 1979). Ou seja, o homem ocupado com diversas atividades (exército, comércio, Estado), encontra o seu “descanso” e diverte-se pelo ócio.

Tanto para os gregos como para os romanos, o ócio tinha conotação positiva e remetia às atividades de recreio e diversão, ou estava relacionado com descanso do trabalho e a capacidade de empregar devidamente o ócio. Assim, o ócio consubstanciava-se na base do homem livre e da felicidade humana.

Dumazedier (1979) faz uma comparação do sentido de “ócio” nas sociedades greco-romanas

Enquanto para os gregos o ócio era considerado um estado de alma que consistia em o indivíduo sentir-se livre do trabalho, que era relegado aos escravos, em Roma predominava o conceito de descanso e da diversão, necessários para a preservação das condições de poder trabalhar. O trabalho era entendido como condição necessária para o ócio. (Dumazedier, 1979, p. 26)

A ideia/atividade de ócio é tão antiga quanto o trabalho, porém, é somente após a Revolução Industrial que se começa a pensar no ócio enquanto opositor do trabalho. Vulgarmente, adota-se a ideia de que se tanto o ócio, como o lazer são vivenciados na parcela de tempo tida como livre, em caráter desobrigado, lazer e ócio podem ser sinônimos.

O entendimento contemporâneo que se tem de lazer deve-se, em grande parte, ao sociólogo francês Jofre Dumazedier. Ele é o autor que mais publicou textos sobre o tema e sua obra serve de base para os demais estudiosos da área. Para ele, lazer é:

um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (Dumazedier, 1980, p. 20)

Esse conceito de lazer proposto pelo autor estabelece de maneira objetiva a necessidade do tempo livre e também integra aspectos do ócio. Nesse sentido, o lazer praticado à margem das obrigações sociais em um tempo livre que varia segundo a forma de intensidade de engajamento do mesmo em suas atividades laborais. O lazer adquire ênfase

de descanso, desenvolvimento e diversão. Por outro lado, mesmo associado ao conceito de lazer, o ócio representa algo mais do que essas categorias, ele está no âmbito do estado de espírito, do liberatório, do gratuito, do hedonismo e do pessoal, sendo estes fatores não condicionados inteiramente pelo aspecto social e sim pelo modo de viver de cada um, relacionado com o prazer da experiência.

O sociólogo Renato Requixa compreendeu “lazer como uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vivência e cujos valores propiciam condições de recuperação e de desenvolvimento pessoal e social” (Requixa, 1977, p. 11). Marcelino (1983, p. 12) diz que o lazer é uma “atividade desinteressada, sem fins lucrativos, relaxante, sociabilizante e liberatória”. Camargo (1989) entende o lazer como um conjunto de atividades que devem reunir certas características: devem ser gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizadas num tempo livre, subtraído ou conquistado, historicamente, da jornada de trabalho profissional e doméstica e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

Para estes autores, mesmo havendo ênfases diferentes na compreensão do que é lazer, é possível determinar elementos comuns a todos, como por exemplo, a desobrigatoriedade, a liberdade de escolha pelo indivíduo, o refazimento e o desenvolvimento. Quanto a diferença entre o entendimento de ócio e lazer, Aquino e Martins (2007), explicitam que

se há, para alguns, uma identidade absoluta entre a noção de lazer e ócio, talvez se instaure no elemento da autonomia o diferencial entre essas duas categorias, pelo menos na mediação do tempo como elemento articulador. Não há no ócio qualquer conotação de atividade que persiga outro fim. O ócio é a atividade que traz em si a própria razão do seu fim. (Aquino e Martins, 2007, p. 384)

Ao desembaraçar os conceitos e entendimentos de tempo livre, ócio e lazer, pode-se dizer que: embora sempre tenha existido o tempo livre, não se pode afirmar o mesmo sobre o lazer. Assim, lazer e tempo livre não figuram sinônimos e sim o primeiro dependente do segundo, já que toda prática de lazer é realizada no tempo livre, mas nem todo tempo livre será utilizado para o lazer. O que se deve esclarecer, portanto, é que no momento de lazer podem ser realizadas práticas em um espaço de tempo chamado “livre” justamente por ser um tempo em que a pessoa é autônoma para escolher a forma como utilizá-lo.

Mesmo que ao longo da história os fatores econômicos vinculados principalmente a evolução dos modos de produção tenham um papel preponderante na elaboração, entendimento e até na distinção conceitual entre tempo livre, ócio e lazer, é imprescindível destacar outras influências na estruturação não apenas conceitual, mas também como determinante das práticas componentes dessa tríade.

3 Religião, lazer e um percurso em comum: da antiguidade a modernidade

Os indivíduos do mundo clássico, em especial os gregos e romanos, valorizavam o tempo de “não trabalho” e atribuíam uma valorização psicossocial às atividades exercidas neste tempo. Lafargue (1999) remete a Platão para reafirmar a importância do não trabalho na Grécia Antiga. Para Platão, havia a *Skolé*: tempo dedicado à diversão (do não trabalho) e a *Paidéia*: tempo dedicado aos jogos, esportes, arte. Para o filósofo, as crianças com mais de seis anos deveriam praticar jogos com regras e os jovens deveriam se dedicar a contemplação da forma, da agitação social e da arte da conversação. O autor é enfático ao falar da relação que esta sociedade tinha com o trabalho e com a religião: “Os filósofos da antiguidade ensinavam o desprezo ao trabalho, esta era a degradação do homem livre; os poetas cantavam a preguiça e esta era presente dos deuses” (Lafargue, 1999, p. 35).

Assim, é na antiguidade que se começa a identificar as relações intrínsecas entre religião e lazer, estimuladas pela relação do povo com o usufruto do tempo, já que grande parte deste tempo era utilizado para cultuar as divindades. “Havia o culto aos deuses que representava função permanente no uso do tempo, pois se acreditava que a via para atingir a perfeição e a sabedoria passava pela contemplação dos deuses” (Bacal, 1988, p. 14).

Avançando pela história, na passagem gradual do politeísmo para o monoteísmo os aspectos lúdicos foram também perdendo sua força, isto por que, como esclarece Huizinga (1974): a) no politeísmo não havia noção de errado e do pecado, pois os deuses eram humanos; b) no monoteísmo, “Deus” ficou com o trabalho e o “Diabo” com o lúdico. Para o autor, sob a ótica do lazer, a Idade Média foi uma época alegre, pois a fantasia ainda não tinha sido “domesticada” pela razão e a mente era livre para imaginar (neste período havia muitas festas com excessos variados). Inicialmente, até para os romanos o lúdico era algo privilegiado, mas sob a influência religiosa, o trabalho tornou-se importante e o lúdico (considerado profano) passou a ser deixado de lado. Eis que a relação entre ócio e a religião começa a se modificar.

A contemplação se converte em uma busca específica – sem ser um fim em si mesma – da Verdade Religiosa. A meta final era a salvação, a outra vida, o Reino do Céu, e o trabalho era algo desagradável, feito por necessidade como castigo imposto, sendo o corpo usado como instrumento de purificação, de meio de se expurgar os pecados. (Bacal, 1988, p. 57)

O aspecto religioso foi preponderante na manutenção da ordem nas sociedades antigas assim como tal aspecto aproximou-se das questões político-administrativas do período que vigorou nos séculos seguintes. O cristianismo, por exemplo, ajudou a manter a ordem social durante a Idade Média mediante o destaque que atribuía ao drama da salvação e ao ideal monástico; assim, atividades de lazer se restringiam às festividades religiosas e às comemorações referentes às vitórias nas guerras.

Bruhns e Gutierrez, (2000) caracterizam a época medieval como teocêntrica. As preocupações religiosas eram excessivas e o homem preocupava-se com a salvação de sua alma, vivendo numa realidade sagrada, intocada, na qual não deveria interferir e apenas contemplar/servir. O corpo era resguardado em função da pureza da alma e Deus atribuía

funções distintas a cada indivíduo ou grupo, sendo que os problemas sociais eram encarados como castigos divinos, e, nesta época, a essência do ócio consiste na busca de Deus e o cultivo da fé.

Há contrastes nos anos que marcaram a transição do Medievalismo para a Modernidade. Até então, o papel da religião ganhava intenso destaque nas práticas sociais, oriundas da noção de céu e inferno.

Os costumes da época ligavam as origens do mal ao orgulho e a ambição. Sobre ambas há um respaldo bíblico que as fundamenta. O orgulho remete à Lúcifer, autor de todo o mal, e a cobiça é “um puro pecado mundano”, o impulso da natureza e carne. Os homens dessa época oscilavam sempre entre o medo do Inferno e do Céu. (Huizinga, 1978, p. 28)

Antes da Renascença, as pessoas consideradas ociosas eram incluídas na categoria de loucos. Porém, não havia o tom pejorativo e os loucos eram aqueles indivíduos que viviam em liberdade e eram considerados nômades na busca da sua redenção. Cabe aqui ressaltar que os loucos eram as pessoas tidas como vadias, ociosas, portadoras de doenças venéreas, as criativas, enfim, as que não se enquadravam no estereótipo “comum”. Assim na Idade Média a pobreza era sentida como uma expressão de Jesus e a loucura era tolerada devido a própria razão humana ser vista como um tipo de loucura. Dialeticamente, a sabedoria de Deus era loucura para os homens, o que fazia do louco alguém estranhamente próximo ao divino. A loucura era uma aventura da razão. Porém, há uma drástica mudança nesse cenário porque

Com a ascensão moral protestante, especialmente via Calvino, os loucos, junto aos pobres, desempregados, libertinos, bandidos, adivinhos e outros tipos considerados ociosos, são tomados como pessoas que ofendiam a Deus. (Foucault, 1997, p. 87)

Antes a ociosidade já era condenada, mas tolerada. Contudo, o trabalho e a obtenção de riqueza passam a ser novos indícios de eleição divina. Com isso, a internação dos chamados loucos surge como status de instância moral (e não médica) para punir e corrigir, pelo trabalho, aqueles à margem do processo produtivo.

O louco é animalizado no século XVII. Devido a sua espontaneidade e inadequação ao processo produtivo e a imposição de uma moral religiosa, este é entendido como próximo a natureza, ou seja, precisava ser dominado. (Foucault, 1997, p. 87)

Esta visão de Foucault demonstra um estreito vínculo da religião com a valorização do trabalho. A partir do momento em que as pessoas se ocupam e deixam de lado o ócio para participar do processo produtivo, elas estão mais próximas da moral apreendida pela igreja. Assim, há uma inversão de valores: o tempo livre, antes reverenciado na Antiguidade

e que deixava o homem mais próximo das divindades, era agora tido como vilão das suas relações com Deus.

É também na transição da Idade Média para a Renascença, em decorrência de razões históricas, econômicas e sociais, que ocorrem mudanças mais drásticas na atitude do homem em relação aos valores que regem a vida. Foi a partir de uma nova interpretação da Bíblia e de um movimento cultural burguês que se aglutinaram todas as manifestações artísticas, filosóficas e científicas, visando justificar os valores e padrões sociais burgueses. Esta nova interpretação é feita por Lutero mediante a Reforma (Bacal, 1988).

Com a Reforma (a ética protestante) surge uma nova atitude frente o significado do trabalho e ocorre uma valorização do tempo necessário para as atividades produtivas. O cumprimento dos deveres é o único modo de agradar a Deus e o trabalho, como missão, enobrece e exalta os homens. Então, na Idade Moderna houve uma grande valorização do trabalho e conseqüentemente de condenação ao ócio e isto se deu a partir das normas de comportamento da ética protestante (diligência, temperança, parcimônia, reserva, afastamento dos prazeres da carne e poupança). O ócio passa a ser visto como um vício e é condenado pelo puritanismo religioso difundido pela reforma protestante. Novos valores sobrepõem-se ao ócio fazendo com que a antiga conduta medieval passe a ser duramente criticada.

Os princípios éticos-religiosos desta época exaltam o trabalho, tornando-o sinônimo do esforço pessoal necessário para o acúmulo de riquezas, o que justificaria a ascensão da burguesia. Predestinados eram aqueles cujo trabalho materializava-se como semente de fortunas. Considerado como o próprio anti-trabalho, improdutivo, o ócio torna-se sinônimo de degradação. (Mascarenhas, 2007, p. 98)

Neste contexto, a liberdade pode ser alcançada somente pelos que buscam a salvação “no” e “por meio” do trabalho. Este último constitui-se como demonstração emblemática tanto do esforço para o sucesso da riqueza como da humilde e devotada fé redentora dos males da pobreza. Assim, os alicerces de uma concepção que propõe o combate aos perigos da ociosidade, inimiga das distrações e prazeres mundanos, sugerindo a noção de ócio como tempo perdido, é originário desse período.

Lafargue (1999) responsabiliza a ética religiosa pelo fato do homem não conseguir viver plenamente a liberdade e de se sentir culpado no que tange ao prazer. Ele ainda cita Weber ao dizer que, do castigo divino que fora, o trabalho tornou-se virtude e chamamento divino, além de uma obrigação moral.

4 O legado para contemporaneidade

A passagem da Idade Moderna para a Contemporânea foi marcada pela transformação nos modos de produção e consolidou uma nova postura caracterizada pelo individualismo e o significado valorativo do trabalho (supremacia do dinheiro, do ter e do poder). Esta realidade rompe definitivamente as relações entre trabalho e lazer. Na sociedade pré-industrial, o trabalho estava inserido nos ciclos naturais das estações e dos

dias, obedecendo a um ritmo natural. Era possível ser interrompido para pausas de repouso, descanso, jogos, competições, danças e cerimônias, que mesmo não ocorrendo em um tempo isolado, poderiam ser denominadas de lazer.

Com o desenvolvimento da moral burguesa na época do advento capitalista, na sociedade industrial, há uma repressão das atividades consideradas mais espontâneas e descompromissadas com o sistema, mostrando uma clara aversão, por exemplo, pelos divertimentos populares do domingo, fora das horas de culto, pois estes provocavam um desvio de atenção sobre a vida santificada, tornando-se cada vez mais importante para sedimentar a nova ordem social. (Camargo, 1989, p.76)

Observa-se neste período a drástica mudança na relação religião/lazer. A religião que na Antiguidade era responsável pela liberdade da sociedade, na contemporaneidade ganhou *status* de “mecanismo de controle”. A questão da liberdade é abordada por Moltmann (1977), precursor da Teoria da Esperança e ele propõe uma convergência entre liberdade, religião e lazer, concebido por meio dos jogos. O autor afirma que a teologia contemporânea foi censurada por se dedicar em demasia às preocupações políticas e sociais, em detrimento de outros valores, não menos importantes como a graça e a gratuidade. Assim, em sua obra intitulada o “Senhor da Dança”, ele aborda aspectos sobre o jogo e a liberdade, esquecidos em suas obras anteriores. Para ele, há uma forma alienada de felicidade, uma felicidade que só se aparenta e as formas libertadoras da alegria, onde o “jogo” é uma das maneiras de se acessar a liberdade pela distração, divertimento e entretenimento. Moltmann amplia o entendimento de jogo para o campo político e principalmente religioso em “A criação é um jogo de Deus, um jogo de sua sabedoria sem limites e insondável, cheia de sentidos, porém não necessário” (Moltmann, 1977, p. 48). Ele também dá uma conotação de jogo para a relação homem/religião/liberdade e para isso cita a moral Aristotélica, ao dizer que “o homem é o que ele faz dele mesmo.” A fé cristã ao Evangelho que triunfa da lei, destrói essa moral. O ser humano é submetido a ação, porém sua ação está submissa à lei. Ele se torna escravo de uma lei que: propõe a liberdade, mas que não a dá; que reivindica dele a liberdade, mas não o faz livre.

A partir desse ponto de vista, se faz necessário repensar as relações de tempo livre/lazer, sob a ótica contemporânea, que considere as novas relações estabelecidas entre a sociedade e a religião e as possíveis transformações oriundas dessas relações. Além disso, há que se pensar em como a contemporaneidade vai lidar com as novas relações entre a religião e o lazer, uma vez que para alguns autores, como por exemplo, Maffesoli (1989), o mito de Prometeu, (que tinha o trabalho como estruturador do cotidiano), está sendo substituído pelo mito de Dionísio, que corresponde ao sexo, a bebida, e a diversão. (Maffesoli, 1989).

Assim, surgem questionamentos no que tange a relação religião/lazer: qual o significado da religião para os contemporâneos? O culto, a igreja, o templo ou o terreiro, estão associados às obrigações ou são fruto da livre escolha do indivíduo? Tais locais são

frequentados de forma desinteressada? Estas questões abrem margem para novas discussões acerca do tema e necessitam mais aprofundamento teórico (e provavelmente prático), no sentido de compreender as influências da religião nas práticas do lazer contemporâneo. Além disso, ao se compreender as práticas do lazer influenciadas pelo fator religioso, será possível abrir o debate sobre como estas práticas se desenvolvem no âmbito do turismo, já que há uma pluralidade religiosa contemporânea que se expressa como mediadora/determinante de permissões/restrições de atividades recreativas e de entretenimento que são basilares de inúmeras práticas turísticas.

5 Considerações finais

Este artigo, de cunho ensaístico e com o propósito de lançar reflexões sobre as relações entre a religião e o lazer, expôs argumentos de diversos autores que concordam com a influência da religião sobre o trabalho humano e as suas práticas de lazer.

Apresentaram-se estudos indicando que na Antiguidade, o ideal de sabedoria que se cultivava tinha no ócio sua condição essencial e implicava operações de natureza intelectual e espiritual que se traduziam da contemplação da verdade, do bem e da beleza, de forma não utilitária (gregos). Além disso, o ócio estava imbricado no refazimento físico, no tempo de descanso do corpo e do espírito (romanos). Assim, o ócio tinha conotação positiva e remetia às atividades de recreio e diversão, ou estava relacionado com descanso do trabalho e a capacidade de empregar devidamente o ócio. E foi na Antiguidade que se começou a identificar as relações intrínsecas entre religião e lazer, estimuladas pela relação do povo com o usufruto do tempo, já que grande parte deste tempo era utilizado para cultuar as divindades.

No texto, se pode observar que na passagem gradual do politeísmo para o monoteísmo, os aspectos lúdicos foram perdendo sua força, pois no politeísmo não havia noção de errado e do pecado (os deuses eram humanos) e no monoteísmo, “Deus” ficou com o trabalho e o “Diabo” com o lúdico. Então, foi possível refletir que sob a ótica do lazer, a Idade Média foi uma época alegre, pois a fantasia ainda não tinha sido “domesticada” pela razão e a mente era livre para imaginar, mas sob a influência religiosa, o trabalho tornou-se importante e o lúdico (considerado profano) passou a ser deixado de lado. Eis que a relação entre ócio e a religião começa a se modificar porque o papel da religião ganhava intenso destaque nas práticas sociais, oriundas da noção de céu e inferno e o tempo livre, antes reverenciado na Antiguidade e que deixava o homem mais próximo das divindades, era agora tido como vilão das suas relações com Deus.

É também na transição da Idade Média para a Renascença, em decorrência de razões históricas, econômicas e sociais, que ocorrem mudanças mais drásticas na atitude do homem em relação aos valores que regem a vida. Com o advento da ética protestante surge uma nova atitude frente o significado do trabalho e ocorre uma valorização do tempo necessário para as atividades produtivas. O cumprimento dos deveres é o único modo de agradar a Deus e o trabalho, como missão, enobrece e exalta os homens. Então, na Idade

Moderna houve uma grande valorização do trabalho e conseqüentemente de condenação ao ócio (agora tido como vício) e isto se deu a partir das normas de comportamento da ética protestante.

A passagem da Idade Moderna para a Contemporânea foi marcada pela transformação nos modos de produção e consolidou uma nova postura caracterizada pelo individualismo e o significado valorativo do trabalho (supremacia do dinheiro, do ter e do poder). Esta realidade rompe definitivamente as noções anteriores sobre as relações entre trabalho e lazer e a religião, que na Antiguidade era responsável pela liberdade da sociedade, na Contemporaneidade ganha *status* de “mecanismo de controle”.

A partir do cenário brevemente exposto neste texto, foi possível perceber que as relações entre ócio e trabalho, tempo livre e trabalho, ócio e tempo livre, lazer e trabalho, lazer e tempo livre estiveram influenciados pelas questões religiosas desde a Antiguidade até a Contemporaneidade. Em cada período, tais relações assumiram características diferentes e, por vezes, com valores diametralmente opostos. No entanto, a existência da relação entre a religião, o tempo de trabalho e o tempo de ócio e/ou lazer permaneceu presente, condicionando e/ou influenciando as práticas sociais condizentes com as concepções acerca destes temas.

Isto quer dizer que, em tempo contemporâneo, as relações de trabalho/ tempo livre/ócio/lazer continuam ecoando as repercussões das manifestações religiosas e, portanto, é preciso compreender como a pluralidade religiosa repercute nos valores da sociedade e sua relação com as práticas de lazer. Assim, a preocupação com tal questão e, posteriormente, a preocupação em compreender as relações entre a religião, o lazer e o turismo originou este texto reflexivo que ora apresenta-se como apoio na condução das demais etapas da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Cássio Adriano Braz; MARTINS, José Clerton Oliveira de. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 479-500, set. 2007.
- BACAL, Sarah S. (1988). *Lazer, teoria e pesquisa*. São Paulo, Loyola.
- BARRETTO, M. (1995). *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas- SP: Papirus.
- BRUHNS, H. T. E GUTIERRES, G. L. (Org.). (2000). *O corpo e o Lúdico – Ciclo de Debates Lazer e Motricidade*. Campinas, UNICAMP.
- Burns, P. M. (2002). *Turismo e antropologia: uma introdução*. São Paulo: Chronos.
- CAMARGO, Luiz O. L. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.
- DUMAZEDIER, J. (1979). *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (1980). *Valores e conteúdos culturais do lazer* (R. M. Vieira, Trad.). São Paulo: Sesc.

- FERREIRA (2010). Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Positivo.
- FOUCAULT. M. (1997). História da Loucura. 5 ed. São Paulo: Perspectiva.
- Gastal, S. (2004). Um outro turismo é possível. São Paulo: Editora Contexto.
- HUIZINGA, J. (1974). Homo Ludens. São Paulo: Perspectiva.
- HUIZINGA, J. (1978). O Teor Violento da Vida. In: O Declínio da Idade Média. (Tradução de Augusto Abelaira). São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo.
- LAFARGUE, P.(1999). O direito à preguiça (J. Teixeira Coelho Netto, trad.). São Paulo: Hucitec.
- KRIPPENDORF, J. (2001). Sociologia do turismo. São Paulo: Aleph
- MAFFESOLLI, M.(1988). O conhecimento comum. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1989). A sombra de Dionísio. Rio: Zahar.
- MASCARENHAS F. Em busca do ócio perdido: Idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, Valquíria (Org.). Dialética do lazer. São Paulo: Cortez, 2006, p.75-103.
- MOLTMANN, J. (1977). O Senhor da dança. São Paulo: Ed. Vivante.
- MUNNÉ, F. (1980). Psicosociologia del tiempo libre: Um enfoque crítico. México, DF: Trilhas.
- REQUIXA, R. (1976). As dimensões do lazer (Caderno de Lazer, doc. 1). São Paulo: Sesc.
- Trigo, L. G. G. (1998). A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo. São Paulo: Papirus Editora.
- URRY, J. (1996). O olhar do turista – lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 2ª. ed. São Paulo: SESC/Studio Nobel.